

CLAUDEMIR DE SOUZA

Servidor apresenta novas denúncias contra Executivo Municipal

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

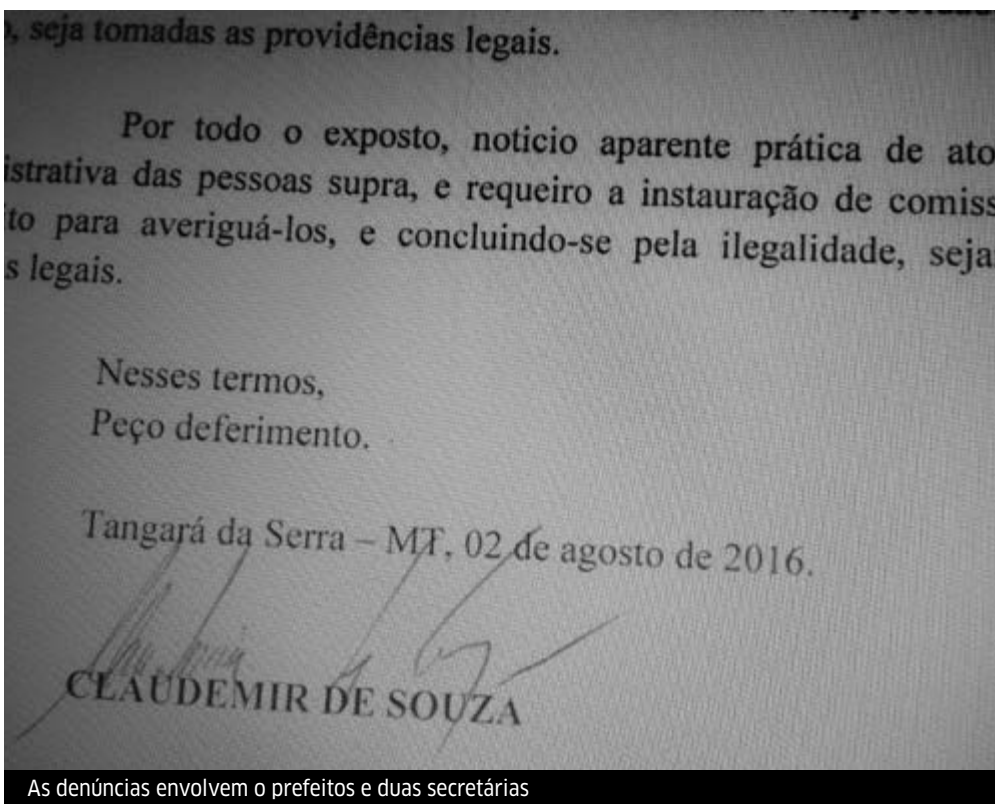
O servidor público municipal Claudemir de Souza apresentou na última semana duas novas denúncias contra o Executivo Municipal por prática de nepotismo e atos de improbidade administrativa com lesão ao erário. As denúncias envolvem o prefeito Fábio Martins Junqueira (PMDB), as secretárias de Administração e Fazenda, Maria das Graças Souto e Valnicéia Maria Picoli Barbosa, respectivamente, além de terceiros.

Em um dos pedidos, Souza solicita a inves-

tigação acerca de “fatos com aparência de improbidade administrativa com lesão ao erário”, praticados, segundo ele, por Junqueira e Valnicéia, e que envolvem ainda Antonio Carlos Barbosa e Waltemir Clovis Picoli, marido e irmão da secretária, respectivamente, além da empresa Piccoli Transportes Ltda EPP e o contribuinte Luiz Carlos Brogio. “Em suma, pode-se resumir a questão da seguinte forma: a senhora Valnicéia Maria Picoli Barbosa possivelmente está usando os poderes inerentes ao cargo público ou sendo conivente com a prática, para desobrigar-se parcialmente do IPTU”, acusa o de-

nunciante.

Na denúncia ele afirma que a secretária e seu marido possuem dois imóveis e, enquanto proprietários de imóveis em condições iguais estão pagando alíquotas de 2,5%, pois trata-se de imóvel não edificado, a secretária municipal paga somente 2,00%. Na sequência o denunciante mostra também dois imóveis dos demais envolvidos. “Por todo o exposto, noticio aparente prática de atos de improbidade administrativa das pessoas supra e requeiro a instauração de comissão especial de inquérito para averiguá-los e concluindo-se pela ilegalidade, sejam tomadas as medidas legais”.



As denúncias envolvem o prefeitos e duas secretárias

DESMATAMENTO ZERO



Governador tem agenda com a presidente do BNDES nesta segunda

Taques vai buscar financiamento junto ao BNDES

>> **Thiago Andrade**
Gcom-MT

O governador Pedro Taques vai apresentar nesta segunda-feira ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) uma proposta de financiamento de R\$ 15 milhões que serão usados na implantação da estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) em 24 municípios. A área atendida envolve 16 milhões de hectares.

Ao todo, a The Nature Conservancy (TNC) estima que sejam necessários R\$ 20 milhões em investimentos para o trabalho nos 24 municípios incluídos no programa. Desse total,

cerca de R\$ 5 milhões virão do Fundo Amazônia e captação junto à iniciativa privada.

Na última semana o governador Pedro Taques recebeu o diretor executivo da TNC no Brasil, Antonio Werneck e a coordenadora da TNC em Mato Grosso, Gina Timotheo, para debater a questão. No encontro, Taques destacou que o trabalho precisa ser feito com celeridade, visando o compromisso de Mato Grosso de zerar o desmatamento ilegal até o ano de 2020.

Taques tem agenda com a presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques nesta segunda-feira, na sede do banco, no Rio de Janeiro.

DENÚNCIA DE SERVIDOR

Município abrirá sindicância para apurar irregularidades na tributação



“Já tenho as informações”, adianta a secretária

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

A Prefeitura de Tangará da Serra, após denúncia do servidor Claudemir de Souza, iniciou processo para abertura de sindicância para apurar irregularidades no Setor de Tributação do município.

De acordo com a secretária de Fazenda Valnicéia Barbosa, após ter conhecimento da denúncia que envolve seu nome, solicitou documentalmente ao prefeito Fábio Martins Junqueira (PMDB) a abertura de um processo de sindicância para apurar toda a denúncia. “O prefeito então, acatando a minha

solicitação, emitiu um memorando determinando medidas necessárias e urgentes para que fosse instaurado esse processo de sindicância e averiguado todas as denúncias ali efetuadas”.

Porém, segundo ela, antes mesmo de entrar em contato com o Chefe de Executivo Municipal, a denunciada entrou em contato com o responsável pela Duralex, empresa que administra e fornece o sistema que processa toda a arrecadação do município, para que verificasse quem imprimiu, se houve alguma alteração no sistema e quem alterou. “Já tenho as informações, a empresa já me passou tudo e vai nos fornecer isso

oficialmente, posteriormente, para que a gente anexe a sindicância, mas a gente já tem todas as informações”, adiantou, ao confirmar que houve alterações na alíquota dos imóveis denunciados, realizadas por um servidor do setor. “Nesse momento não vamos divulgar o servidor que fez essas alterações, pois ainda não há uma sindicância aberta e para que também não desvirtue nada na sequência dessa investigação”.

Segundo a secretária, todo o sistema é auditável e toda a movimentação, por menor que seja, fica armazenada. “O sistema registra tudo: a senha de quem alterou, a senha de quem imprimiu,

a senha de lançamento, ou seja, de tudo que é feito no sistema. Além disso, tem certas coisas do sistema que são bloqueadas para determinadas pessoas. Não são todos os servidores que podem entrar e fazer alguma coisa. Eu mesma, por exemplo, tem coisas que só posso fazer consulta, pois só cabe ao contador, por exemplo, fazer um lançamento contábil (...) e eu não tenho poder, acesso, para fazer lançamentos ou alterações dentro do sistema de arrecadação. Tenho acesso apenas a consulta. Mas isso tudo será apurado no tempo devido. Já estamos tomando as providências”.